PARECER DE CONTROLE INTERNO

Processo: 1.100/2018.
Assunto: PP SRP nº 012/2018 – Gêneros Alimentícios – 2ª Adesão – Atas 031; 035/2018.

1. No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Municipal 243-A de 14 de abril de 2005, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

OBJETO

2. **Segunda adesão as Atas de Registro de Preços nº 031/2018 e 035/2018 oriundas do Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao abastecimento das Secretarias Municipais e Fundos Municipais da Prefeitura Municipal de Jacareacanga/PA.**

RELATÓRIO

3. A Comissão Permanente de Licitação procedeu às etapas do certame, após conclusão da fase preparatória e emissão de parecer jurídico, tendo dado início à fase externa com a publicação do aviso de licitação em 14/03/2018 (fl. 090 a 094).

4. Após as demais etapas o objeto foi adjudicado em 28/03/2018 (fl. 601) e após parecer jurídico conclusivo (fl. 604 a 608) o resultado foi homologado em 29/03/2018 (fl. 609) a empresas abaixo descritas:

NOME	CNPJ	Ata	VALOR
ERIVAN DE SOUSA NOGUEIRA COMÉRCIO	07.017.855/0001-74	031/2018	R$: 1.099.549,39
MEP COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI	17.993.231/0001-46	032/2018	R$: 100.922,00
IRMÃOS ALVES LUZ LTDA	83.670.836/0001-20	033/2018	R$: 1.251.371,58
E DA S F LUZ - EPP	17.319.082/0001-34	034/2018	R$: 416.098,03
P VIANA COMERCIO	07.029.113/0001-69	035/2018	R$: 791.023,79

5. Ato contínuo, os seguintes contratos foram elaborados:

NOME	SECRETARIA	CT	VALOR
ERIVAN DE SOUSA NOGUEIRA COMÉRCIO	PREFEITURA	080/2019	R$: 192.622,29
ERIVAN DE SOUSA NOGUEIRA COMÉRCIO	SEMECD	081/2019	R$: 27.953,82
ERIVAN DE SOUSA NOGUEIRA COMÉRCIO	SEMUS	082/2019	R$: 114.002,42
ERIVAN DE SOUSA NOGUEIRA COMÉRCIO	SEMAS	083/2019	R$: 99.960,29
P VIANA COMERCIO	PREFEITURA	084/2019	R$: 133.757,08
P VIANA COMERCIO	SEMECD	085/2019	R$: 37.576,32
P VIANA COMERCIO	SEMUS	086/2019	R$: 37.064,35
P VIANA COMERCIO	SEMAS	087/2019	R$: 84.343,10

FUNDAMENTAÇÃO

6. As cláusulas essenciais do contrato firmado com a Administração, deve obedecer aos critérios descritos nos Art. 54 e Art. 55 da Lei 8.666/93, vejamos:

> Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
> § 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e

responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

§ 2º Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
I - o objeto e seus elementos característicos;
II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
VIII - os casos de rescisão;
IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
§ 1º (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
§ 2º Nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, salvo o disposto no § 6o do art. 32 desta Lei.
§ 3º No ato da liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

7. Após o exame dos itens que compõem a análise do procedimento licitatório, este Setor de Controle Interno declara que o referido processo se encontra revestido das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

É o Parecer.

Jacareacanga/PA, 14 de fevereiro de 2019.

ELTON SANTUS DE VASCONCELOS:05322907980

Assinado de forma digital por ELTON SANTUS DE VASCONCELOS:05322907980 Dados: 2019.02.14 [illegible]

Adm. Elton Santus de Vasconcelos
Chefe de Controle Interno
Portaria 062/2014 PMJ-GP